

PATRIMÔNIO EM DISPUTA NO PÓS-PANDEMIA: VER-O-PESO, ESTAÇÃO DAS DOCAS E A REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS EM BELÉM

Resumo

O presente artigo dá continuidade à investigação iniciada em minha monografia de especialização, defendida em 2017, com a finalidade de atualizar e aprofundar as reflexões sobre os processos de patrimonialização urbana em Belém do Pará. O estudo centra-se na análise comparativa dos espaços do Ver-o-Peso e da Estação das Docas, dois marcos simbólicos da cidade, que, embora geograficamente próximos, respondem a lógicas distintas de apropriação, uso e representação. Enquanto a Estação das Docas consolida-se como um espaço voltado ao consumo cultural elitizado, com forte apelo turístico e estético (FERNANDES, 2021), o Ver-o-Peso permanece como território de múltiplas camadas populares, ainda que tensionado por sucessivas tentativas de requalificação que, via de regra, desconsideram seus modos de vida tradicionais.

Com a intensificação das desigualdades no período pós-pandêmico, novas camadas de conflito emergem sobre esses espaços, especialmente depois da escolha de Belém para sede da COP30. O anúncio do evento trouxe à tona uma série de projetos de intervenção no centro histórico, com destaque para o entorno do Ver-o-Peso, o que acarretou em preocupações legítimas acerca da exclusão simbólica e material dos sujeitos que historicamente dão vida àquele território.

A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamentou-se em uma revisão bibliográfica crítica, análise documental e acompanhamento de manifestações públicas recentes (2021–2024), bem como na revisão da monografia de especialização apresentada em 2017. Esta nova etapa da pesquisa visa dialogar com autores como Choay (2006), Lefebvre (1991), Harvey (2008), Canclini (1994), Milton Santos (2002), Fernandes (2021) e Oliveira e Silva (2023), na busca de uma melhor compreensão de como os discursos de patrimonialização reconfiguram o espaço urbano – processo que, como destaca Choay (2006), pode reduzir o patrimônio à mercadoria estética, esvaziando sua dimensão social.

Porém, é importante mencionar que, igualmente, nota-se a consolidação de formas de resistência cultural, protagonizadas por feirantes, coletivos populares e movimentos sociais, as quais reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento de suas práticas como parte legítima do patrimônio urbano (CANCLINI, 1994). Considerando esse cenário, entende-se que o processo de patrimonialização não é neutro, mas um campo de disputa onde diferentes projetos de cidade se confrontam diariamente. Assim sendo, é uma escolha ética e cidadã, e não apenas uma demanda governamental, retomar, nesta conjuntura, o valor simbólico, afetivo e coletivo do patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Ver-o-Peso; Estação das Docas; Gentrificação; Resistência popular.

Abstract

This article continues the investigation initiated in my specialization monograph, defended in 2017, with the aim of updating and deepening reflections on the processes of urban heritage-making in Belém do Pará. The study focuses on a comparative analysis of the Ver-o-Peso market and the Estação das Docas, two symbolic landmarks of the city that, although geographically close, respond to distinct logics of appropriation, use, and representation. While Estação das Docas has been consolidated as a space oriented toward elitist cultural consumption, with strong tourist and aesthetic appeal (FERNANDES, 2021), Ver-o-Peso remains a territory of multiple popular layers, though subject to successive attempts at requalification that, in general, disregard its traditional ways of life.

With the intensification of inequalities in the post-pandemic period, new layers of conflict have emerged over these spaces, especially after the announcement of Belém as the host city of COP30. The event has sparked a series of intervention projects in the historic center, particularly around Ver-o-Peso, raising legitimate concerns about the symbolic and material exclusion of the social groups that historically give life to this territory.

This qualitative research was based on a critical literature review, document analysis, and monitoring of recent public demonstrations (2021–2024), as well as a reassessment of the specialization monograph presented in 2017. This new stage of the study engages in dialogue with authors such as Choay (2006), Lefebvre (1991), Harvey (2008), Canclini (1994), Milton

Santos (2002), Fernandes (2021), and Oliveira and Silva (2023), in order to better understand how discourses of heritage-making reconfigure urban space — a process that, as Choay (2006) points out, may reduce heritage to an aesthetic commodity, emptying its social dimension.

At the same time, it is important to highlight the consolidation of cultural resistance movements, led by street vendors, popular collectives, and social movements, which claim the right to permanence and to the recognition of their practices as a legitimate part of urban heritage (CANCLINI, 1994). In this context, heritage-making is understood not as a neutral process, but as a field of dispute where different projects of the city confront each other daily. Thus, it is an ethical and civic choice, not merely a governmental demand, to reclaim, in this conjuncture, the symbolic, affective, and collective value of heritage.

Keywords: Cultural heritage; Ver-o-Peso; Estação das Docas; Gentrification; Popular resistance.

Introdução

Ressignificar os espaços patrimoniais urbanos, em meio à mundialização da cultura, não tem transformado apenas a paisagem visível da cidade, mas tem igualmente alcançado os modos de vida, as relações de pertencimento e a maneira como as pessoas se reconhecem e se colocam no território que habitam (LEFEBVRE, 1991). Em Belém do Pará, o centro histórico escancara esse conflito entre memória e mercado. O Ver-o-Peso e a Estação das Docas, embora tão próximos em termos geográficos e igualmente carregados de simbolismo, refletem percursos muito distintos dentro dos processos de patrimonialização urbana. De um lado, o Ver-o-Peso, que segue resistindo como expressão dos saberes populares, marcante por conservar a vida do ribeirinho em essência e por laços afetivos construídos ali, no dia a dia de quem realmente pertence a este lugar. De outro, a Estação das Docas, a qual é apresentada como um espaço cuidadosamente reformulado, pensado para o turismo e para o consumo, onde tudo é tratado com zelo, está sempre limpo, iluminado e sutilmente seletivo. É um outro tipo de vivência, mais controlada e desconectada das camadas populares que mantêm a cidade viva.

O Ver-o-Peso, apesar de ser uma das maiores referências identitárias da Amazônia, permanece em constante disputa. Projetos de revitalização surgem com frequência, trazendo consigo discursos de modernização que, muitas vezes, se chocam com os modos de existência

daqueles que ali trabalham e mantêm vivas, práticas construídas ao longo de gerações (SANTOS, 2002). Já a Estação das Docas tornou-se sinônimo de cidade vitrine: ali o patrimônio é embalado, iluminado e transformado em experiência para quem pode pagar, um processo que também ajuda a moldar as expectativas sobre o que deve ser “conservado” (DEBORD, 1997).

A pandemia de COVID-19 agravou desigualdades históricas, aprofundando o abismo entre quem habita e quem lucra com a cidade. Com o anúncio de que Belém sediará a COP30 em 2025, novos projetos começaram a ser executados com foco no centro antigo, especialmente nas imediações do Ver-o-Peso. A promessa de transformação veio acompanhada de um alerta: até que ponto essas reformas dialogam com as vidas que já existem ali? Quais memórias e práticas têm espaço nesses planos?

Retomando inquietações que emergiram em minha monografia de especialização, agora esta análise busca aprofundá-las à medida em que novos conflitos e reconfigurações emergem no espaço urbano. Mais do que preservar ou transformar, é preciso refletir sobre que formas de vida cabem nos projetos de cidade em curso e quem continua sendo deixado de fora.

A trajetória de patrimonialização em Belém não é um fenômeno recente, como já foi dito. Desde o tombamento do Ver-o-Peso em 1977 pelo IPHAN, passando por projetos de requalificação intermitentes nos anos 1990 e 2000, a cidade vem sendo convocada a reinventar os seus marcos simbólicos. Essas iniciativas, ainda que muitas vezes justificadas pela necessidade de preservação, quase sempre carregaram uma marca de seletividade: ao mesmo tempo em que celebram a paisagem, também desdenha de seus personagens característicos. A Estação das Docas, inaugurada em 2000, personifica esse paradoxo: valida um projeto de restauro exemplar em se tratando de arquitetura, contudo, este deslocou a vida portuária para dar lugar a uma vitrine turística. Em vista disso, Belém condensa em sua paisagem essas tensões históricas entre a memória, a modernização e a exclusão social.

É justamente a partir desse legado de numerosas controvérsias que a escolha da COP30, marcada para novembro de 2025, atrai relevância geográfica e também política. A cidade, que historicamente experimentou desigualdades profundas em seu processo de urbanização, agora é içada a um patamar de importância global no que tange a diplomacia climática. Esse deslocamento não é trivial, uma vez que abre oportunidades para novos investimentos e uma crescente visibilidade, a qual igualmente agrava as contradições locais. A análise comparativa entre Ver-o-Peso e Estação das Docas, nesse contexto, testemunha como a patrimonialização, em tempos de megaeventos, torna-se objeto de disputa territorial, bem como de gestão da

memória e também de projeção internacional. Os estudos geográficos, ao se debruçarem sobre essa circunstância, reafirma sua vocação crítica de compreender o espaço como, concretamente, um campo de luta.

Referencial teórico

A patrimonialização, embora se apresente como prática de salvaguarda da memória coletiva, traduz igualmente o espaço como o *locus* onde o passado e o futuro são negociados pelas relações de poder. Desde Choay (2001), que identificou a gênese do “monumento histórico” como invenção moderna, até os debates recentes sobre COP30 em Belém (AMAZÔNIA REAL, 2025), percebe-se que a noção de patrimônio cultural carrega consigo todas as dialéticas inerentes aos embates mercadológicos dos quais o espaço patrimonial padece. Nora (1993) nos lembra que a memória se constrói em lugares simbólicos, mas, na lógica urbana contemporânea, tais lugares são constantemente reconfigurados para se adequarem à racionalidade do capital. O Ver-o-Peso, por exemplo, é simultaneamente um lugar que materializa a história de Belém, de imensurável valor ancestral, mas também um objeto de interesses econômicos, que através de projetos de revitalização, visam transfigurá-lo em produto turístico. É dessa maneira que a memória coletiva, submetida a processos de estetização, arrisca-se a ser relegada à condição de ornamento do espetáculo urbano.

Adorno e Horkheimer (1985), ao desvelarem o conceito de indústria cultural, denunciaram a transformação da cultura em mercadoria sob o capitalismo avançado. Essa crítica se prolonga em Debord (1997), para quem a sociedade do espetáculo converte a experiência em representação, a qual substitue a vivência tradicional pelo mero consumo de imagens. Em contextos amazônicos, essa leitura se fortalece com a existência da Estação das Docas que hoje traduz muito bem a estetização da memória portuária de Belém, sendo transfigurada em vitrine gastronômica e cultural voltada ao turismo elitizado. Jacques (2008) enfatiza que a espetacularização patrimonial é parte de um processo global, em que centros históricos tornam-se cenários, mais voltados à atração de fluxos do que propriamente ao reconhecimento da vida popular. Luchiari (2005) reforça esse ponto ao observar que o fascínio pelas formas pós-modernas produz cenarizações artificiais que falseiam a memória coletiva.

No campo da produção do espaço, Lefebvre (1991) traz a noção de que o urbano é uma obra social produzida cotidianamente. Essa perspectiva é crucial para se entender como práticas de gentrificação reconfiguram centralidades urbanas em favor da acumulação. Harvey (2005), em contrapartida, aponta que os processos de urbanização são motores centrais do capitalismo, nos quais a cidade se torna mercadoria. Milton Santos (2002) também amplia o olhar ao situar a urbanização desigual no Brasil como um processo que reproduz hierarquias espaciais, e que converte os territórios em depósitos de exclusão. Em Belém, isso se revela quando a COP30 promete reabilitar o centro histórico, mas com forte risco de expulsão dos grupos que tradicionalmente coabitam o espaço. Estudos recentes da UFPA (PONTES, 2025) já apontam que a valorização imobiliária impulsionada pela conferência pode gerar novas periferizações, mascaradas sob o discurso do “legado verde”.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que a patrimonialização não representa apenas captura, não traduz unicamente perdas dentro dessa lógica capitalista. Canclini (1994) propõe compreender esses processos de mercantilização e urbanização como contextos históricos inevitáveis, os quais podem igualmente abrir brechas para redefinições culturais. Essa visão dialética é importante para pensar o Ver-o-Peso, o qual, embora esteja inserido em uma lógica mercadológica, também segue sendo território de resistência popular onde saberes ribeirinhos, práticas alimentares e religiosidades amazônicas se mantêm vivos e pujantes. Então, nesse sentido, o patrimônio carrega, ao mesmo tempo, valor de troca e valor de uso, podendo ser apropriado de forma desigual, como lembra Bourdieu (1992).

A contemporaneidade traz, ainda, novas tensões. A COP30, anunciada como a “COP da Amazônia”, tornou-se o grande catalisador das reformas urbanas em Belém. Discursos oficiais exaltam o evento como oportunidade histórica de inserir a cidade no mapa global (EXAME, 2025) e organizações sociais, bem como pesquisadores, alertam para os riscos de exclusão: a Amazônia Real (2025) denunciou que os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos têm sido marginalizados nos preparativos do evento, e que este pode se tornar “o mais excludente da história”. O Guardian (2025) foi ainda mais duro apontando que, apesar da retórica verde, a COP30 acontece em um cenário de avanço do desmatamento, grilagem de terras e especulação imobiliária. Nesse sentido, a cidade se exhibe ao mundo como vitrine global, uma imagem amplamente difundida nas redes sociais pelos governantes, mas os bastidores, inevitavelmente são revelados em inúmeros meios de comunicação, os quais expõem desigualdades profundas.

No caso específico de Belém, o patrimônio urbano tem sido mobilizado como ativo estratégico para o turismo e a captação de investimentos. A Estação das Docas exemplifica a



requalificação com pouca participação popular, enquanto o Ver-o-Peso, embora tombado desde 1937, permanece entre abandono e projetos de revitalização que ameaçam expulsar feirantes. Essa dualidade mostra o que Proença Leite (2008) já observava em Recife: as requalificações podem “embelezar” o espaço público sem alterar as desigualdades estruturais. É nesse ponto que as contribuições de Saint-Clair Trindade Jr. são cruciais: ao analisar a urbanização amazônica, o autor destaca como a reprodução desigual da cidade reforça a exclusão, mesmo em políticas ditas modernizadoras.

Por fim, é preciso destacar que o patrimônio cultural não se resume a prédios e praças, mas inclui práticas, celebrações e formas de sociabilidade (IPHAN, 2015), as práticas imateriais. No Ver-o-Peso, isso se expressa nas relações entre feirantes, consumidores e ribeirinhos; já na Estação das Docas, o que prevalece é a experiência estetizada para o consumo. A disputa entre esses dois modelos materializa, em Belém, um embate maior entre a globalização e identidade local, a memória e o espetáculo, e finalmente, entre a mercadoria e o vínculo genuíno. A patrimonialização, portanto, deve ser compreendida para além de sua política de preservação, mas sobretudo como espaço de luta pelo direito à cidade e à memória.

Metodologia

A presente pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa como perspectiva epistemológica, por compreender com dignidade os fenômenos sociais em sua complexidade, historicidade e densidade simbólica. Este estudo alude a um caminho metodológico que permite ler o urbano como obra social, articulando práticas, discursos e representações — em consonância com Lefebvre (1991) e Santos (2002), para quem a cidade é um espaço produzido pela ação humana, atravessado por conflitos e contradições.

O percurso metodológico foi estruturado em três eixos complementares. O primeiro consistiu na revisão crítica de literatura, que atualiza e amplia o repertório já mobilizado em minha monografia de especialização (MOURÃO, 2017). Foram revisitados autores clássicos da discussão patrimonial (CHOAY, 2006; NORA, 1993), da crítica à mercantilização cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 1985; DEBORD, 1997; JACQUES, 2008) e da produção do espaço e gentrificação (LEFEBVRE, 1991; HARVEY, 2005; PROENÇA LEITE, 2008). Essa base foi enriquecida com referências contemporâneas, publicadas entre 2020 e 2025,

especialmente aquelas que discutem a Amazônia urbana, a patrimonialização em tempos de globalização e os preparativos para a COP30 em Belém (PONTES, 2025; AMAZÔNIA REAL, 2025; THE GUARDIAN, 2025).

O segundo eixo envolveu a análise documental de projetos urbanísticos e planos institucionais, com destaque para o Projeto de Requalificação do Complexo Ver-o-Peso (BELÉM, 2021) e o Plano Preliminar de Intervenção Urbana para Belém, elaborado pelo Comitê Organizador da COP30 (BRASIL, 2024). Esses documentos foram confrontados com reportagens jornalísticas publicadas entre 2021 e 2025 (G1 PARÁ, 2022; AMAZÔNIA REAL, 2025; THE GUARDIAN, 2025) e com registros de manifestações públicas e coletivos culturais, como o movimento “Ver-o-Peso é do povo” (2023). Tal articulação de fontes buscou evidenciar tanto os discursos oficiais de modernização quanto as vozes marginais, que reivindicam permanência e reconhecimento de suas práticas cotidianas, de sua legitimidade na cidade.

O terceiro eixo metodológico concentrou-se na estratégia comparativa, adotada para analisar o Ver-o-Peso e a Estação das Docas como espaços que, embora estejam geograficamente próximos, respondem a lógicas distintas de patrimonialização. A comparação não se restringiu unicamente às formas físicas ou aos usos imediatos, mas buscou compreender as camadas referentes aos símbolos e políticas que atravessam esses territórios. No Ver-o-Peso, privilegia-se a observação das práticas populares, de todas as relações sociais construídas na feira e das disputas em torno da permanência dos feirantes. Na Estação das Docas, a ênfase coube aos processos de estetização e mercantilização do espaço, que a consolidaram como um modelo de “cidade-vitrine” (LUCHIARI, 2005).

É importante dizer que a escolha da COP30 como marco analítico não é apenas cronológica, mas também porque este evento assume influência política e simbólica. O evento funciona como uma lente de aumento para disputas já existentes, exibindo como a globalização, a estetização do patrimônio e as estratégias de marketing urbano podem produzir segregações socioespaciais. Ao mesmo tempo, a COP30 também mobiliza resistências e rearticulações de movimentos sociais, tornando incontestáveis os conflitos entre projetos de cidade.

Por fim, é importante reconhecer os limites da pesquisa: Aqui se forja uma análise crítica ancorada em fontes documentais, bibliográficas e midiáticas. Vale mencionar que essa delimitação não reduz a densidade da investigação, contudo, reforça seu caráter reflexivo e propositivo, abrindo espaço para pesquisas futuras que incorporem novas entrevistas,

observações diretas e narrativas de sujeitos diretamente afetados pelas transformações em curso.

Resultados e discussão

Ver-o-Peso em disputa: infraestrutura, permanências e o risco de “limpeza social”

No Ver-o-Peso, a promessa de proteção ao legado cultural se consuma através de saneamento básico e requalificação de boxes, enquanto os saberes tradicionais tentam não ser engolidos pela estética performativa voltada ao consumo turístico do patrimônio (PONTES, 2025; CANCLINI, 1994). Em 2024–2025, houve uma revitalização em série de boxes e remanejamento de trabalhadores, reconfigurando novos arranjos sociais no espaço, mas também gerando tensões no que diz respeito aos pertencimentos e trajetórias de trabalho já consolidadas (LEFEBVRE, 1991; HARVEY, 2005).

No plano da infraestrutura pesada, o sistema de esgoto do Ver-o-Peso foi anunciado com mais de 4 km de rede coletora e tratamento, apresentado como virada histórica para um espaço que, paradoxalmente, sempre alimentou a cidade sem contar com saneamento básico em sua própria estrutura (BRASIL, 2024; BELÉM, 2021). O governo estadual fala em “salto de qualidade de vida” e divulga marcos de execução segundo comunicados oficiais de maio e agosto de 2025 (EXAME, 2025). As imagens oficiais exibem o canteiro que corre sob as lonas e cozinhas; é o subterrâneo urbano, por décadas negligenciado, sendo atualizado à lógica do século XXI.

Ainda assim, a velocidade e o descompasso das obras aparecem em levantamentos independentes: diversas reportagens reunidas pelo Climainfo mostram frentes muito adiantadas (reforma do complexo) ao lado de outras muito lentas (esgotamento), além de várias lacunas de transparência sobre percentuais de execução (CLIMAINFO, 2025). Essa assimetria reforça o risco clássico das cidades-evento: a obra que fotografa bem, corre, já a que não rende nenhum cartão-postal fica para mais tarde (LUCHIARI, 2005; HARVEY, 2008).

Dito de outra forma, o Ver-o-Peso continua o mesmo hoje, carregando os mesmos saberes e práticas, mas agora situa-se sob o guarda-chuva da COP30, passa por uma “cirurgia urbanística” que tanto pode corrigir injustiças (como é o caso do saneamento do local) quanto produzir exclusões discretas (remanejamentos, padronizações, licenças) (AMAZÔNIA REAL,

2025; THE GUARDIAN, 2025). Neste ponto, o patrimônio escapa da linguagem fria da conservação e se traduz em disputas concretas pelo direito de permanecer.

Estação das Docas: cidade-vitrine, memória encenada e a mercadoria urbana

A Estação das Docas nasce, desde 2000, como projeto-âncora de turistificação da orla central: armazéns restaurados, boulevard gastronômico, gestão por Organização Social (Pará 2000), programação cultural contínua (LUCHIARI, 2005; LEITE, 2008). É a “janela” para a Baía do Guajará que ensinou a Belém a se vender como destino, como inegável potência econômica e “museu de si mesma”.

A literatura crítica sobre requalificações portuárias ajuda a ler o caso: cenarização (JACQUES, 2008) e retrofit — entendido como a modernização de estruturas antigas com finalidade mercadológica, preservando a casca histórica, mas transformando usos e sentidos sociais — (FERNANDES, 2021) entregam uma história consumível, uma “memória encenada” para os visitantes (NORA, 1993), enquanto os usos cotidianos e conflitivos se retraem. Estudos sobre a Estação registram exatamente esse paradoxo: um sucesso de público e marca territorial, mas baixa porosidade social e um ar de “revival” que congela o passado em painéis e selfies (PORTUSONLINE, 2025).

A cidade-vitrine que se consolida na Estação (LEFEBVRE, 1991; HARVEY, 2005) se torna, com a COP30, laboratório de comunicação urbana: uma mera contagem regressiva “instagramável”, calendário festivo, curadoria de eventos para “ensaiar” a narrativa do anfitrião amazônico (PONTES, 2025; AMAZÔNIA REAL, 2025). O ganho simbólico é inegável, entretanto, não menos evidente é a tendência de que o marketing avance em ritmo mais célere que a inclusão social nas obras em Belém.

COP30 como catalisadora: obras, diplomacia climática e a fricção do real

Neste momento, a COP30 atua como marco ordenador das prioridades urbanas, reorganizando cronogramas e fluxos de recursos em Belém (PONTES, 2025; AMAZÔNIA REAL, 2025). O Brasil e o Pará projetam um legado de “mais de 40 intervenções” em

mobilidade urbana, saneamento, requalificações e parques, além de um esforço diplomático para apresentar novas **NDCs** (*Nationally Determined Contributions*, ou Contribuições Nacionalmente Determinadas; são compromissos nacionais de redução de emissões previstos no Acordo de Paris, de 2015) até setembro, condição para que Belém não receba apenas visitantes, mas também múltiplos compromissos (ONU, 2015; BRASIL, 2024). O dado duro da ONU fixa a conferência entre 10 e 21 de novembro de 2025 (UNFCCC, 2024).

Ao lado desse discurso, evidencia-se a dialética entre o que é prometido pelo governo e os impasses locais: a carência de leitos hospitalares e os valores abusivos cobrados nas hospedagens; pressão logística (THE GUARDIAN, 2025; AMAZÔNIA REAL, 2025); e a crítica mundial de que a vitrine verde não pode esconder desigualdades territoriais históricas.

No plano político, Brasília pede aceleração global, posto que sem novas metas, a COP30 corre o risco de virar apenas uma narrativa. A liderança brasileira tenta costurar consensos em um ano difícil, em um ano atravessado por instabilidade institucional no Brasil e por um cenário internacional marcado por conflitos armados e disputas geopolíticas que fragilizam compromissos multilaterais (EXAME, 2025; PONTES, 2025).

E no plano local, o governo estadual e a prefeitura exibem frentes aceleradas: reformas, saneamento, drenagem, projetando alcance em canais periféricos, pelo menos no discurso, para evitar o estigma da “cidade arrumada para visita” (G1 PARÁ, 2022; BRASIL, 2024). São anúncios que precisam ser acompanhados com uma lupa para se saber de fato quem ganha o quê e onde.

A crítica amazônida, por sua vez, tem sido precisa: sem participação de povos da floresta, quilombolas, ribeirinhos e periferias, não há legitimidade (AMAZÔNIA REAL, 2025). A Amazônia Real vem batendo nessa tecla: a conferência pode ser histórica ou apenas um simples marketing ambiental. Esse movimento revela que o debate patrimonial não pode ser restrito à conservação de espaços, mas deve se afirmar como questão de justiça climática, onde memória e sobrevivência caminham juntas (SANTOS, 2000; LEFEBVRE, 1991).

Resistência popular e contranarrativas: do chão da feira ao fórum global

As tensões existentes em torno desta questão certamente não se resolverão por meio dos editais, muito menos pelas narrativas oficiais; elas se resolvem, ou se agravam, na feira, na

praça, na orla. A comparação entre o Ver-o-Peso e a Estação das Docas explicita dois paradigmas: um sobre o uso popular e seu trabalho imaterial e o outro sobre o espaço patrimonial como expressão da espetacularização (JACQUES, 2008; DEBORD, 1997), voltado prioritariamente para o consumo cultural. Estudos da UFPA (2023) sobre o “novo” Ver-o-Peso lembram que, sempre que a reforma ignora a participação social, o patrimônio perde a substância, a “alma”, vira um cenário sem povo.

Se se pensar em um curto prazo, o monitoramento público de obras e regras (remanejamentos, alvarás, padrões) é uma condição para evitar gentrificação sob o rótulo de “requalificação” (SMITH, 1996; HARVEY, 2005). Já se se pensar em um médio prazo, o desafio é reter o valor de uso (trabalho, sociabilidade, comida de feira, cheiros e vozes) dentro do valor de troca que a COP30 inevitavelmente injeta (LEFEBVRE, 1991). Agora, no longo prazo, o verdadeiro parâmetro não pode se restringir ao marketing visual, mas à capacidade de permanência dos sujeitos que fizeram o centro existir.

Considerações finais

O patrimônio urbano, longe de ser um campo neutro de preservação, revela-se, cada vez mais, como um espaço de disputa. O Ver-o-Peso e a Estação das Docas evidenciam duas faces de um mesmo processo: de um lado, a vida popular, carregada de cheiros, vozes e memórias que se renovam diariamente na feira; de outro, a mercadoria cultural cuidadosamente higienizada, vendida como experiência de consumo turístico. Essa tensão entre memória viva e memória encenada acompanha as requalificações urbanas no mundo inteiro, mas em Belém ganha uma densidade particular porque se enraíza na Amazônia, um território que, historicamente, enfrenta a desigualdade urbana na resistência cotidiana.

A chegada da COP30 reforça essa sensação de insegurança, posto que traz promessas de saneamento, mobilidade e requalificação do centro histórico, mas da mesma maneira, intensifica riscos de gentrificação, remoções silenciosas e estetização excessiva do espaço urbano. É um evento que se apresenta como possibilidade de transformação duradoura, mas que precisa ser constantemente confrontada: quem foi beneficiado com esta transformação? O quê de fato ficou para a população? Se as transformações deixadas não incluem os feirantes,

ribeirinhos, povos indígenas, quilombolas e moradores periféricos, então não se poderá falar de justiça climática ou urbana, apenas de marketing ambiental.

É nesse ponto que a Geografia oferece suas lentes mais potentes, dado que ao dialogar com Lefebvre, Harvey e Milton Santos, entende que o espaço não é um objeto de exibição sem gente, mas uma obra social impregnada de relações de poder. Ao revisitar Choay, Debord e Canclini, percebemos como a patrimonialização pode ser convertida em mercadoria e espetáculo. E, ao incorporar vozes amazônidas e coletivos populares, constatamos que a cidade se reinventa constantemente através da resistência social. O Ver-o-Peso, ao insistir em existir como território de trabalho e de pertencimento, de herança imaterial e material, nos lembra que o patrimônio é um corpo vivo que desafia o esquecimento.

Diante disso, pensar o patrimônio em Belém no contexto da COP30 é, antes de tudo, um exercício ético, onde é imprescindível assegurar essas permanências, respeitar os modos de vida tradicionais e reconhecer essas práticas que sustentam a identidade amazônica. Caso contrário, corremos o risco de repetir uma história conhecida: a de muitas cidades que se maquiaram para megaeventos e, passados os aplausos, retornam às contradições de sempre, agora agravadas pela exclusão, o famoso “carnaval para gringo ver”.

Ao longo desta pesquisa, ficou claro que a patrimonialização pode ser um instrumento de reconhecimento e de silenciamento. No caso de Belém, as escolhas feitas em torno da COP30 dirão muito sobre o tipo de cidade que se deseja projetar, e o tempo dirá se foi construída uma cidade vitrine, com cenários prontos para turistas e negociadores, ou uma cidade viva, acolhedora das diferenças características dos povos da Amazônia, e transformá-las em potência. A disputa está aberta, e cabe aos sujeitos sociais _feirantes, movimentos, coletivos culturais, pesquisadores_ manterem-se como guardiões da memória.

Assim, estas considerações não encerram o debate; antes, o ampliam. Elas reafirmam o patrimônio urbano como um campo de luta; sua preservação, quando comprometida com justiça social, pode contribuir para cidades mais inclusivas e democráticas. O Ver-o-Peso e a Estação das Docas são símbolos de dois projetos distintos de cidade, e no embate entre eles, está em jogo o futuro de Belém como território de vida.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AMAZÔNIA REAL. COP30 às portas: entre a vitrine e o risco do fiasco anunciado. Manaus, 2025. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/cop30-as-portas-ainda-entre-a-vitrine-e-o-risco-do-fiasco-anunciado/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

BELÉM (PA). Secretaria de Urbanismo. *Projeto de requalificação do Complexo Ver-o-Peso*. Belém: SEURB, 2021.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Comitê Organizador da COP30. *Plano preliminar de intervenção urbana para Belém*. Brasília: MMA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/cop30>. Acesso em: 21 maio 2025.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1994.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2006.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EXAME. Belém 2025: a COP da Amazônia e o resgate de um legado ambiental brasileiro. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://exame.com/esg/belem-2025-a-cop-da-amazonia-e-o-resgate-de-um-legado-ambiental-brasileiro/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FERNANDES, Larissa Oliveira. Patrimônio, gentrificação e neoliberalismo urbano: disputas e resistências no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Geografia Cultural*, v. 8, n. 15, p. 27-48, 2021.

G1 PARÁ. Feirantes do Ver-o-Peso protestam contra projeto de revitalização. Belém, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/07/15/feirantes-do-ver-o-peso-protestam-contraprojeto-de-revitalizacao.ghtml>. Acesso em: 21 maio 2025.

GUARDIAN, The. Brazil to host COP30 climate talks in the Amazon. Londres, 25 abr. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2025/apr/25/brazil-host-cop30-climate-talks-amazon>. Acesso em: 20 ago. 2025.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).
Cartas patrimoniais. Brasília: IPHAN, 2015.

JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1991.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. Entre a cenarização e a revitalização de centros urbanos: novos usos do patrimônio cultural. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 7, n. 1, p. 37-54, 2005.

MOVIMENTO VER-O-PESO É DO POVO. Manifesto público contra a remoção de feirantes. Belém, 2023. Documento interno.

MOURÃO, Maria Estela Amorim. *Ações de patrimonialização e práticas culturais: uma análise comparativa dos espaços patrimoniais do Ver-o-Peso e Estação das Docas em Belém-PA*. 2017. Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão do Patrimônio Cultural) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Priscila; SILVA, Leandro. Políticas públicas de patrimônio cultural e cidades globais: tensões entre o local e o internacional no planejamento urbano. *Geograficidade*, v. 13, n. 1, p. 88-107, 2023.

PONTES, Ana Claudia. Patrimônio, requalificação e COP30 em Belém: disputas urbanas em curso. *Revista Novos Olhares Amazônicos*, v. 4, n. 2, 2025.

PORTUSONLINE. Port revitalisation and urban heritage: the case of Belém's Estação das Docas. Lisboa, 2025. Disponível em: <https://portusonline.org>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2002.



SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SMITH, Neil. *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. London: Routledge, 1996.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. *Urbanização difusa e desigualdades na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2013.

UFPA. Universidade Federal do Pará. *Estudos sobre o “novo” Ver-o-Peso*. Belém: UFPA, 2023. Documento institucional.